

A tensão sino-estadunidense e a crise do multilateralismo comercial

Sino-us tension and the crisis of trade multilateralism

Filipe Mendonça¹

Mateus de Paula Narciso Rocha²

Resumo: Neste artigo procuramos demonstrar que a recente tensão sino-estadunidense está intimamente ligada ao estrangulamento do multilateralismo comercial. Este aparente paradoxo, no qual o poder estabelecido modifica o próprio regime que criou, deve ser entendido dentro da lógica da “radicalização dentro do sistema”, uma estratégia reiteradamente utilizada pelos Estados Unidos no sistema multilateral de comércio em outras conjunturas de crise. Para comprovar tal hipótese, parte-se do debate a respeito do multilateralismo e da sua relação com os conceitos de poder relacional e poder estrutural de Susan Strange. Por fim, indicamos como o poder executivo estadunidense compreende a ascensão produtiva e comercial da China, de modo que seu diagnóstico está subjacente nas iniciativas da superpotência do norte que aprofundaram a crise do multilateralismo comercial.

Palavras-Chave: Política Comercial dos Estados Unidos; Ascensão da China; Poder estrutural; Multilateralismo

¹ Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu)

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI-IERI-UFU). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes)

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

Abstract: In this article we demonstrate that the recent Sino-US tensions are closely linked to the stranglehold of trade multilateralism. This apparent paradox, in which the established power modifies the regime itself had created, must be understood within the logic of “radicalization within the system,” a strategy repeatedly used by the United States in the multilateral trading system at other crisis conjunctures. To support this hypothesis, we start from the debate about multilateralism and its relation to Susan Strange's concepts of relational power and structural power. Finally, we point out how the US executive understands China's productive and commercial rise, so that its diagnosis underlies the initiatives of the northern superpower that deepened the crisis of trade multilateralism.

Keywords: United States Trade Policy; Rise of China; Structural power; Multilateralism

1. Introdução

Muitos analistas, de perspectivas teóricas distintas, defendem que está em curso uma acelerada transição de poder no sistema internacional. Nesse sentido, alguns autores sustentam que a hegemonia dos Estados Unidos vive declínio acentuado e irreversível (LAYNE, 2008; LAYNE, 2012) enquanto outros sugerem que já se consolida uma ordem bipolar (DEMPSEY, 2012). Para Giovanni Arrighi, “US resistance to adjustment and accommodation [...] has already precipitated the terminal crisis of US hegemony and consolidated further the shift of global economic power to East Asia.” (ARRIGHI, 2007, p. 165). Segundo Robert Pape (2009, p. 21), “America is in an unprecedented decline”. Conforme Christopher Layne (2008, p. 13), “[...] the era of American hegemony is drawing to a close right before our eyes. The rise of China is the biggest reason for this”. Já segundo Judy Dempsey (2012), “With the rise of China [...] the world is drifting back toward a bipolar constellation. The reason is that there are once again two superpowers underpinned by military strength: The United States and China.” E para Arvind Subramanian (2011) os Estados Unidos estão em declínio incontornável pois “China’s dominance is a sure thing”.

Essas e outras leituras indicam uma incontestável reconfiguração mundial no século XXI causada, entre outras coisas, pela rápida ascensão chinesa e pela crise do multilateralismo nas duas últimas décadas. Esses elementos, entretanto, não operam de maneira isolada: procuraremos argumentar que existe uma correlação entre a redução do poder estrutural dos Estados Unidos perante a China e o estrangulamento do multilateralismo comercial por parte da diplomacia estadunidense. Em outras palavras, argumentamos que a tensão sino-estadunidense está no centro da postura revisionista dos Estados Unidos em sua política comercial externa. Este aparente paradoxo, no qual o poder estabelecido modifica o próprio regime que criou, deve ser entendido dentro da lógica da “radicalização dentro do sistema”, uma estratégia reiteradamente utilizada pelos Estados Unidos no sistema multilateral de comércio em outras conjunturas de crise.

Para comprovar tal hipótese, é necessária uma reflexão a respeito do multilateralismo e da sua relação com as estruturas de poder mais amplas. Para isso, na primeira seção deste artigo argumentamos que multilateralismo não é sinônimo de multipolaridade, podendo ser entendido também como uma forma de gestão dos interesses do *hegemon*. Não parece ser por acaso que os principais regimes multilaterais surgiram em momentos onde a superioridade de poder dos Estados Unidos parecia inquestionável (VIGEVANI, MENDONÇA e LIMA, 2018). Este foi o caso na segunda metade da década de 1940 com fim da Segunda Guerra Mundial e na década de 1990 com

o fim da Guerra Fria. No mesmo sentido, não parece ser fortuito que as transformações mais profundas destes mesmos regimes aconteceram em momentos de forte questionamento da superioridade estadunidense. Com o declínio relativo dos Estados Unidos, surgem inúmeras problematizações sobre os regimes que eles mesmo criaram, dentro e fora do próprio país, como na crise sistêmica da década de 1970 e na segunda década do atual século.

Também argumentamos que as discussões a respeito da crise do multilateralismo carecem de estudos mais profundos sobre o poder estrutural estadunidense no século XXI. Neste sentido, a contribuição de Susan Strange (1987) nos parece decisiva para, entre outras coisas, evitar a repetição do erro declinista da década de 1980. Para isso, na segunda seção deste artigo, recorreremos ao conceito de poder estrutural e buscamos formas de mensurar o quadro atual de distribuição de poder usando para isso as categorias clássicas da autora. Ao fazer isso, argumentamos que, pelo menos até agora, não é possível falar em declínio absoluto e irrestrito do poder de Washington. Não obstante, é inquestionável que, principalmente no campo produtivo e comercial, a China torna-se um competidor perante os Estados Unidos e um desafio inédito para a sua diplomacia.

Por fim, indicamos como o poder executivo estadunidense compreendeu a ascensão produtiva e comercial da China, de modo que seu diagnóstico está subjacente nas iniciativas que aprofundaram a crise do multilateralismo. Para demonstrar isso, na seção 3 deste trabalho, buscamos sistematizar como a Casa Branca entendeu a ameaça chinesa no sistema multilateral de comércio entre os governos de George W. Bush e Donald Trump. Isso é feito por meio da discussão do discurso do “State of the Union Address” (SOTU) e de alguns documentos do USTR como a “Presidential Trade Policy Agenda” (PTPA).

2. Multilateralismo comercial, poder e crise

Não há consenso em torno da definição do termo multilateralismo. Para Bouchard e Peterson (2010), “multilateralism is a poor, ugly duckling among concepts used to study international relations”³. A definição clássica na literatura de relações internacionais parte da seguinte ideia: “um sistema de interação estatal no qual cada membro busca estabelecer relações com o conjunto dos demais membros do sistema, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais” (MELLO, 2011, p. 13). Segundo Weitsman (2013), “multilateralism refers to collective responses to international problems. Instead of acting alone, more than two states consult and

³Em outra oportunidade, o autor define multilateralismo como “the practice of coordinating national policies in groups of three or more states, through ad hoc arrangements or by means of institutions” (KEOHANE, 1990, p.731).

confront a foreign policy situation together”. Para Ruggie (1992, p. 565), a definição clássica é puramente “nominal”, e parte da seguinte idéia: “the practice of co-ordinating national policies in groups of three or more states”.

Diversas correntes teóricas incorporam o termo de maneira distinta das demais. Os realistas/neorealistas atribuem pouca importância ao termo, embora reconheça sua existência e importância pontual. Para dois dos principais expoentes desta escola, Brooks and Wohlforth (2005), o multilateralismo é estratégico quando “doing so is easier or especially advantageous, but never as an end in itself, and certainly not one whose pursuit merits bearing high costs”. Já os institucionalistas neoliberais atribuem maior importância ao multilateralismo, sendo este inclusive capaz de manter um ordenamento estável no sistema internacional mesmo sem a existência de um hegemom devido sua eficiência e instrumentalidade, como Keohane (1984) busca argumentar em seu livro “After Hegemony”. Os construtivistas apontam o papel das variáveis abstratas como as ideias, normas informais, e as concepções compartilhadas entre países, que podem contribuir com ajuntamentos deste tipo, o que Adler (2009) chamou de “multilateralismo comunitário”. Por fim, os críticos/dependentistas que atribuem ao multilateralismo, especificamente aqueles criados e defendidos pelo hegemom, mais um instrumento, entre outros, que o hegemom dispõe para exercer sua dominação (GILL, 2003).

Para Mello (2011, p. 13) o conceito de multilateralismo também recebe “dimensões normativas do objetivo da universalidade” e de uma percepção de “indivisibilidade do espaço e dos problemas comuns”. Neste sentido, Ruggie (1992, p. 566), ao mencionar as deficiências do conceito, afirma que “the nominal definition of multilateralism misses the qualitative dimension of the phenomenon that makes it distinct”. Portanto, não se trata do número de países envolvidos, mas do tipo de relação que existe entre eles. Caporaso (1992, p. 601) chama esta característica de “deep organizing principle of international life”.

A definição tradicional de multilateralismo, portanto, não nos permite visualizar com precisão a existência destes princípios. Ruggie (1998) é um dos principais autores a captar esta idéia. Para ele, os princípios norteadores do multilateralismo são a indivisibilidade, regras de conduta gerais e a reciprocidade difusa. Esta última merece destaque: sem a expectativa de ganhos futuros, a legitimidade que recebe, e a abertura unilateral (patrocínio) do hegemom, o multilateralismo não se sustenta. Assim, “notions such as reciprocity in the trade regime are neither its ends nor its means: in a quintessential way, they are the regime - they are the principled and shared understandings the regime comprises” (RUGGIE, 1998, p.99).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

Especificamente sobre o multilateralismo comercial, Bhagwati (1990) afirma que as duas principais características são a cláusula da nação mais favorecida e a reciprocidade. É por isso que o multilateralismo comercial tem, necessariamente, características liberais. Como nos alerta Tussie (1998, p. 183), “increasing economic openness should produce a conducive environment for multilateralism because the states previously segregated are now included under its umbrella”. Portanto, assim como não se mede objetivamente expectativas em torno da reciprocidade difusa, não se mede objetivamente o multilateralismo. Os regimes são subjetivos por natureza.

Para captar a “qualidade” ou os “princípios” existentes num regime multilateral, faz-se necessário partir para a análise histórica (VIGEVANI, MENDONÇA e LIMA 2018; MENDONÇA 2013). Mello (2011, p.16) destaca que “os valores e instituições associados ao multilateralismo não poderiam ser considerados fenômenos a-históricos: são criados e mantidos no contexto de demandas específicas, por meio de formas específicas de liderança, normas e configurações de poder”. Ruggie (1992, p. 567) corrobora com esse argumento ao afirmar que, para entender o papel do multilateralismo, faz-se necessário recuperar “the principled meanings of multilateralism from actual historical practice; by showing how and why those principled meanings have come to be institutionalized throughout the history of the modern interstate system”.

Ao analisar o multilateralismo comercial em perspectiva histórica, com destaque para seus princípios, nota-se sua presença marcante e sua institucionalização no imediato pós-guerra por dois motivos principais: Primeiro, a existência de um país hegemônico, posição ocupada pelos Estados Unidos, parece ser condição *sine qua non* para a ascensão do multilateralismo. Como nos ensina Tussie (1998, p. 189), “at its root, multilateralism is an institutional form whose breadth and diversity boomed after 1945 as a result of American hegemony”⁴. Segundo, o multilateralismo se mostrou um tipo de gestão mundial tipicamente estadunidense. Como desdobramentos, os princípios existentes neste arranjo possuem a tendência de incorporação de valores deste país já na sua origem (MENDONÇA, 2013).

Em suma, o contexto de criação do GATT é um somatório dos seguintes fatores: a) a necessidade de escoar o excesso de produção dos Estados Unidos; b) a centralidade deste país, tanto na manutenção de alianças quanto na construção de regimes; c) a hegemonia do dólar, aceita internacionalmente como principal reserva de valor; d) a existência de mecanismos domésticos capazes de pressionar os países que não aderissem às regras do jogo e; e) a aceitação dos princípios

⁴A autora também afirma que “Multilateralism has had a cultural imprint-it has been American-centric”, e que “Philosophically, the multilateral system was created in the image of the United States policy process” (TUSSIE, 1998, p. 190).

estadunidenses mais gerais de comércio como a cláusula da nação mais favorecida, a eficiência do livre comércio e a reciprocidade. (VIGEVANI, MENDONÇA e LIMA 2018; MENDONÇA 2013).

Desde os duros questionamentos da 1960 nos movimentos civis e de contracultura, passando pela derrota estadunidense no Vietnã, pela crise estrutural dos anos 1970 e pela ameaça declinistas de década de 1980 (onde projetava-se o Japão como a grande ameaça ao poder hegemônico dos Estados Unidos), parece haver uma correlação entre crise dos Estados Unidos e crise dos sistemas multilaterais. Diante disso, uma questão se coloca: embora não se questione o fato de os Estados Unidos terem sido os principais arquitetos do multilateralismo no pós-Segunda Guerra, como o multilateralismo se comporta em momentos de crise ou de declínio hegemônico? Para a teoria da estabilidade hegemônica existe uma correlação necessária entre a existência de uma hegemonia e a ordem internacional comercial, de modo que sem uma hegemonia a ordem internacional entraria em crise. O declínio do poder dos Estados Unidos envolveria necessariamente uma ordem internacional mais instável e com mais tensões. De outro lado, Robert Keohane (1984), o principal expoente da tese institucionalista liberal, afirma que o sistema seguia robusto e poderia permanecer assim independente do declínio dos Estados Unidos; uma hegemonia seria importante para estabelecer o regime, mas depois os demais atores teriam interesse em sustentá-lo.

As duas teses parecem não capturar a compreensão do multilateralismo como princípios compartilhados: embora em muito se questione a institucionalidade dos regimes em momentos de crise, os princípios mais gerais do regime multilateral do comércio permanecem os mesmos desde a década de 1940, mesmo em tempos de ascensão da China. Por isso defendemos a historicização do debate, até para evitar o que Susan Strange (1987) já denunciava em seu artigo seminal de 1987 chamado “The Persistent Myth of Lost Hegemony”. É fato que a China de hoje não representa ameaça idêntica ao Japão da década de 1980. De todo modo, esta parece ser uma chave analítica importante para compreender a crise do multilateralismo no século XXI. Afinal, não é por acaso que a chamada crise do multilateralismo comercial aconteça justamente no mesmo marco temporal dos questionamentos da hegemonia estadunidense com a ascensão chinesa.

Diante disso, resta saber como as tensões entre Estados Unidos e China permitem entender a recente crise do multilateralismo comercial. Para isso é necessária uma compreensão mais profunda da natureza do poder estadunidense para evitar o erro dos declinistas da década de 1980. Deste modo, recorreremos à Susan Strange e ao seu conceito de poder estrutural para avaliar o que

implicou a ascensão da China para o poder estrutural dos Estados Unidos. É o que faremos na próxima seção.

3. O poder estrutural estadunidense e a ascensão da China

Ainda que a ameaça representada pela China hoje seja muito diferente da ameaça que o Japão representava aos Estados Unidos na década de 1980, parte considerável da literatura desconsidera que os Estados Unidos ainda detêm considerável poder estrutural e que mesmo alterações na distribuição de poder em desfavor dos Estados Unidos podem ser reversíveis.

Os trabalhos de Susan Strange defendem a importância do conceito de poder estrutural. Para ela o “poder estrutural” é distinto do “poder relacional”, e talvez esteja aí a raiz de infundáveis mal-entendidos. Segundo a autora, o poder crucial no sistema internacional é o poder estrutural, isto é, a capacidade de escolher e moldar as estruturas da economia política internacional, determinar as próprias regras do jogo, a partir das quais os outros Estados, instituições e empresas terão de operar: “Structural power is the power to choose and to shape the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises, and (not least) their professional people have to operate.” (STRANGE, 1987, p. 565). Em outro texto, Strange clarifica o entendimento de poder estrutural: “By this I understand the ability of state A, through its domestic as well as its foreign policies, to govern or influence the context or environment within which B also has to take domestic and foreign policy-making decisions.” (STRANGE, 1984, p. 191).

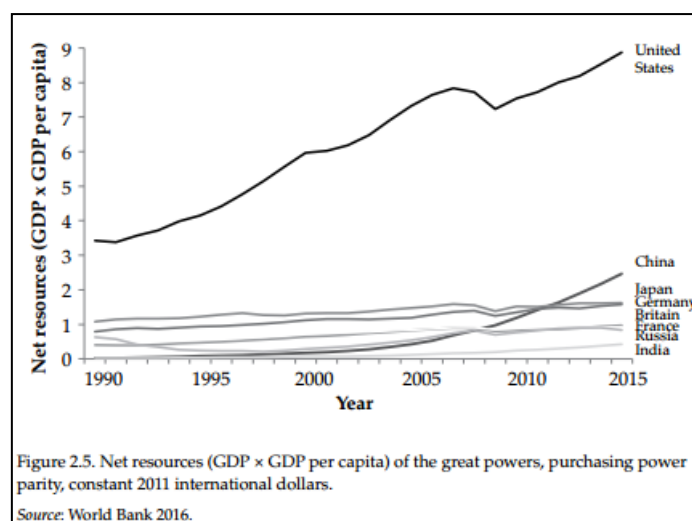
Para Strange (1987; 1994) são quatro as principais dimensões do poder estrutural: a estrutura da segurança, da produção, das finanças e do conhecimento/tecnologia. E essas quatro estruturas são mutuamente dependentes (STRANGE, 1994). O poder na estrutura da segurança implica a capacidade de um grupo ou pessoa de “controlar a segurança de outros frente à violência”; o poder na estrutura da produção é a capacidade de “controlar o sistema de produção de bens e serviços”; o poder na estrutura da finança e do crédito é “o controle do poder de compra sem ter de trabalhar ou comerciar para isso”; e o poder na dimensão do conhecimento – técnico, religioso ou liderança de ideias – é “a capacidade de determinar a aquisição, comunicação e reserva de conhecimento e informação” (STRANGE, 1987, p. 565).

Diante desse quadro analítico, qual tem sido a posição relativa da China em comparação aos Estados Unidos? Os Estados Unidos têm perdido acúmulo de poder estrutural? Para responder essas perguntas, alguns autores têm utilizado indicadores e métricas inadequados (STRANGE,

1987; BECKLEY, 2018). Beckley (2011) é um destacado crítico do declinismo e critica essa escola por: (i) usar poucos indicadores e indicadores inadequados; (ii) comparar a China com o seu próprio desempenho anterior e não com o desempenho dos Estados Unidos; (iii) utilizar indicadores estáticos, de um ano ou período curto, impossibilitando a análise dinâmica.

Diante disso, Beckley (2018) sugere outras formas de mensuração. Para ele, uma forma mais adequada de apreender as capacidades agregadas de um Estado é mediante a multiplicação do PIB pelo PIB per capita, o que atenua a disfunção propiciada por uma grande população, bem como coloca destaque a capacidade de produção de riqueza de uma sociedade, diretamente associada ao seu nível tecnológico e militar. Beckley (2018) indica que essa composição fornece uma aproximação adequada da diferença de poder nacional desde o século XIX. Neste novo modelo, a superioridade estadunidense é notória e a ascensão da China seria, como se observa na figura 1, concomitante à expansão do poder dos Estados Unidos, de modo que a configuração de poder no sistema, até o presente momento, estaria mantida.

Figura 1 - Indicador do poder líquido nacional (PIB x PIB *per capita*) (1990–2015)



Fonte: (BECKLEY, 2018, p. 32)

A crítica de Beckley (2011; 2018) aos declinistas apontam para uma realidade bastante distinta. Entretanto, como qualquer indicador que pretende capturar uma dinâmica que é, em essência, complexa e multifacetada, a proposta de Beckley (2011) enfrenta inúmeros problemas. Como o próprio autor reconhece: “national power is multifaceted and cannot be measured with a single or a handful of metrics.” (BECKLEY, 2011).

Na estrutura de segurança, há um relativo consenso acadêmico de que os Estados Unidos são muito superiores do ponto de vista militar a qualquer outro adversário (POSEN, 2003, 2014;

KENNEDY, 2002; MEARSHEIMER, 2014; WOHLFORTH, 1999; FIORI, 2004; ART, 2003; JOHNSON, 2007). Após o fim da Guerra Fria o historiador Paul Kennedy caracterizou que do ponto de vista militar os Estados Unidos não só eram a maior superpotência de seu tempo, mas a maior de todos os tempos (KENNEDY, 2002). Os gastos militares relativos são um aspecto importante para compreender o poder de um Estado na estrutura de segurança. E os Estados Unidos têm um gasto em defesa superior a qualquer outra potência, sendo superior em 2018 ao agregado de cinco grandes Estados – China, Rússia, Índia, França, Reino Unido – com alguns dos maiores orçamentos de defesa (SIPRI, 2019). Em 2018 o orçamento de defesa dos Estados Unidos (600 bilhões de dólares) foi quatro vezes superior ao da China (150 bilhões de dólares) e quase dez vezes superior ao da Rússia (61 bilhões de dólares) (Ibid, 2019). Esse investimento extraordinário em defesa gera arsenais militares muito superiores, de modo que os Estados Unidos são a única grande potência com grande capacidade de projetar poder nas diversas regiões do planeta.

Nesse sentido, conquanto alguns estudos indiquem tendências desfavoráveis na balança de poder asiática (RAND, 2015), a hegemonia dos Estados Unidos na esfera de segurança é incontestável, sendo superior, por exemplo, a hegemonia britânica sobre os mares no século XIX (STRANGE, 1987; POSEN, 2003). Isso não implica um poder absoluto, particularmente em vista da existência do armamento nuclear. Em comparação, porém, implica em vantagens únicas e alavancagens significativas sobre aliados e adversários. O desafio chinês ao poder militar dos Estados Unidos é regional e setorial, a balança de poder militar continua desequilibrada desde o final da Guerra Fria. Conforme a análise do ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos Ashton Carter, a China não será no curto prazo e nem no médio um poder militar comparável ao dos Estados Unidos, porquanto o estoque de gastos em defesa, a experiência militar das forças armadas e os diversos aliados e parceiros dos Estados Unidos. Para Carter: “[...] it will be a long time before China matches America in comprehensive military power.” (CARTER, 2018, p. 21)

Sobre a estrutura do conhecimento, é importante salientar como tal estrutura é fundamental para o mundo contemporâneo e está entrelaçada tanto à estrutura de segurança, como à estrutura produtiva. Isto é, o domínio da tecnologia de última geração e a capacidade endógena de inovar são fundamentais tanto para a competição econômica de ponta como para a competição militar. De acordo com Gowan (2004, p. 10) o orçamento militar dos Estados Unidos: (i) funciona como uma política contra cíclica; (ii) como uma alavancagem de política industrial oferecendo um mercado protegido para grandes setores industriais; e (iii) gera um importante dinâmica de pesquisa e inovação que beneficia os setores de alta tecnologia da economia civil.

Os Estados Unidos são, com considerável distância, o local das principais universidades (SHANGAI RANKING, 2019) e centros de pesquisa de ponta. No que diz respeito ao investimento em P&D, segundo dados do NSB (2018), nota-se que em 2015 os Estados Unidos tiveram, como é a regra, o maior gasto em P&D em comparação com outros Estados e regiões como a UE. Como trata apenas do fluxo, pode-se considerar que do ponto de vista do estoque, das capacidades acumuladas, os Estados Unidos têm uma liderança ainda mais significativa em relação aos outros Estados e regiões selecionados. Nesse sentido, conquanto a China em 2015 esteja investindo mais de dois por cento do PIB nessa área, e tenha investido no total mais que a União Europeia, do ponto de vista do acumulado de dez ou vinte anos a China ainda está consideravelmente atrás da UE e, mais ainda, dos Estados Unidos.⁵

Em resumo, do ponto de vista dos investimentos atuais e acumulados, dos centros de pesquisa avançados, bem como em relação ao Soft Power, os Estados Unidos são uma potência incomparável. Além disso, como ocorre um transbordamento do massivo investimento militar para essa estrutura, a vantagem dos Estados Unidos é multiplicada. Desse modo, nota-se na estrutura de conhecimento/tecnologia que ocorre um crescimento da China, em comparação com ela própria e as demais potências, mas longe de equiparar-se, pelo menos por enquanto, à superpotência, os Estados Unidos.

Já na questão financeira, a desigualdade entre as duas potências é ainda mais evidente, como pode ser notado na questão da moeda reserva. O dólar segue como a principal moeda de reserva internacional, sendo mantida pelos bancos centrais por sua liquidez, segurança e baixo risco. De acordo com Cintra e Martins (2013, p. 291) o atual sistema monetário internacional é nucleado no sistema “dólar flexível”, sendo Wall Street “o mercado financeiro do mundo”, o Federal Reserve atuando como “o banco central global” e os títulos do Tesouro americano os mais seguros do sistema. Além disso grande parte do comércio internacional é denominado em dólar. Desse modo, do ponto de vista internacional, o dólar cumpre a função de reserva de valor, meio de troca e unidade de conta.

Deter a moeda reserva internacional cria vantagens únicas aos Estados Unidos (EICHENGREEN, 2011; MARTINS, 2018). Uma delas é a senhoriagem do dólar. De acordo com Barry Eichengreen (2011), se todos precisam oferecer algum produto ou serviço para adquirir dólar e então usá-lo no comércio internacional, os Estados Unidos podem criá-lo a custo quase zero.

⁵ De acordo com Beckley (2018), os Estados Unidos aportam massivos recursos públicos para as pesquisas de ponta na biotecnologia, nanotecnologia e física quântica. A força dos Estados Unidos no setor de semicondutores é um resultado direto do domínio dessas tecnologias e da integração da academia com o aparato produtivo.

Outro privilégio é a capacidade de rolar sua dívida externa em sua própria moeda, não enfrentando crises de balanço de pagamentos e as fugas de capitais⁶. A China, por outro lado, não só não tem a moeda reserva, como sua moeda é menos internacionalizada que o Euro, a Libra e o Yen; isto é, o Renminbi ainda não tem papel de destaque no sistema monetário internacional. De fato, o renminbi e o sistema bancário chinês foram desenvolvidos para “financiar as transformações na estrutura produtiva e na infraestrutura” doméstica da China (CINTRA, MARTINS, 2013). Com isso, a China está dentro e entrelaçada ao sistema dólar flexível, sendo refém dos títulos do Tesouro americano, pois inexistente um sistema financeiro amplo e profundo como o americano (Ibid., p. 294).

Ocorre um esforço consistente de internacionalização do renminbi, que conduziu a inclusão da moeda na cesta dos Direitos Especiais de Saque do FMI em 2015, bem como em 2016 o renminbi foi a sexta moeda mais utilizada como meio de pagamento (MARTINS, 2018). De fato, a ascensão financeira da China é crescente e não é ancorada nas forças do mercado, mas em políticas estatais (Ibid., 2018), porém a moeda chinesa ainda está em um patamar distante tanto do dólar, quanto do euro. (SHATZ, 2016, p. xiii)

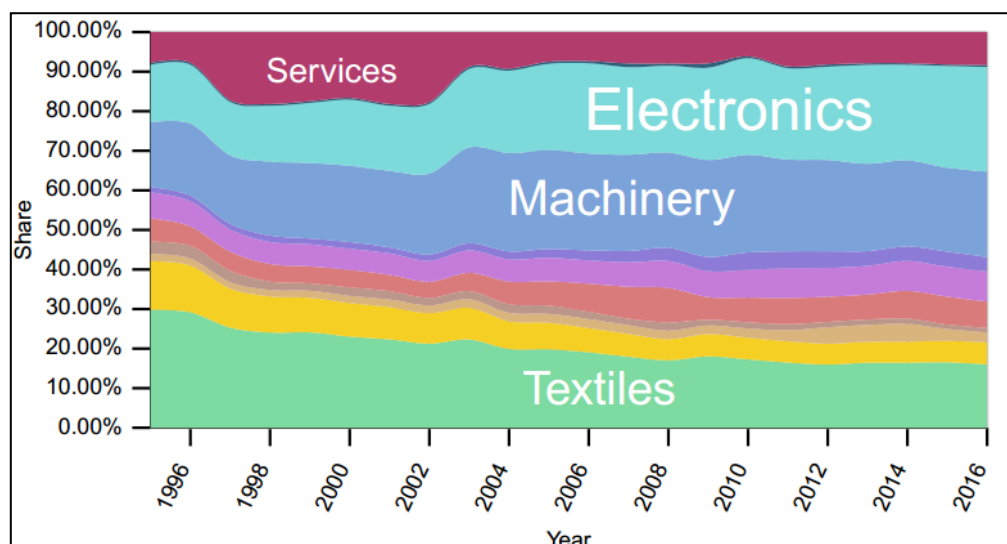
Se, portanto, é seguro afirmar que os Estados Unidos ainda possuem larga vantagem na arena militar, tecnológica e financeira/monetária, a situação não é tão confortável na produção industrial. Muito se fala que a China se tornou a “fábrica do mundo” (*world factory*), o país que mais produz manufaturas, do mesmo modo como a Inglaterra havia feito no século XIX e os Estados Unidos no século XX. Nesse sentido, é importante lembrar, conforme Kwan (2002a), que se deve diferenciar o “Made by China” do “Made in China”. Para ele, em grande medida o crescimento chinês da década de 1990 era pautado pelo último conceito, isto é, a China montava e reproduzia itens criados por outras sociedades. Desse modo o autor sustenta que, na virada do século, a China não era um competidor para o Japão, e logo para os demais países desenvolvidos, pois a China participava da divisão internacional do trabalho ofertando serviços e bens intensivos em trabalho, e o Japão ofertando serviços e bens intensivos em tecnologia, de modo que as duas economias seriam complementares (KWAN, 2002a; 2002b).

Essa fotografia, contudo, começou a se alterar e a China está tornando-se “um grande poder inovador” (KWAN, 2017). Como se observa na Figura 2, a economia chinesa sustentou um alto crescimento e, ao mesmo tempo, mudou progressivamente sua pauta de exportação, ampliando a participação de produtos com maior valor agregado. Assim, concomitantemente ao crescimento da sua economia e do seu comércio exterior, a China aumentou, na composição dos produtos

⁶ Como lembra Susan Strange (1987, p. 569): “Indeed, to run a persistent deficit for a quarter of a century with impunity indicates not American weakness, but rather American power in the system.”

exportados, a parcela de produtos eletrônicos e de maquinário, que passaram de aproximadamente 31% em 1995 para 48% da pauta de exportação de 2016. Deste modo, commodities como têxteis e agrícolas, que em 1995 diziam respeito a 42% da pauta de exportação, reduziram sua participação relativa para 21% em 2019.

Figura 2 – Composição da pauta de exportação da China (1995–2016)



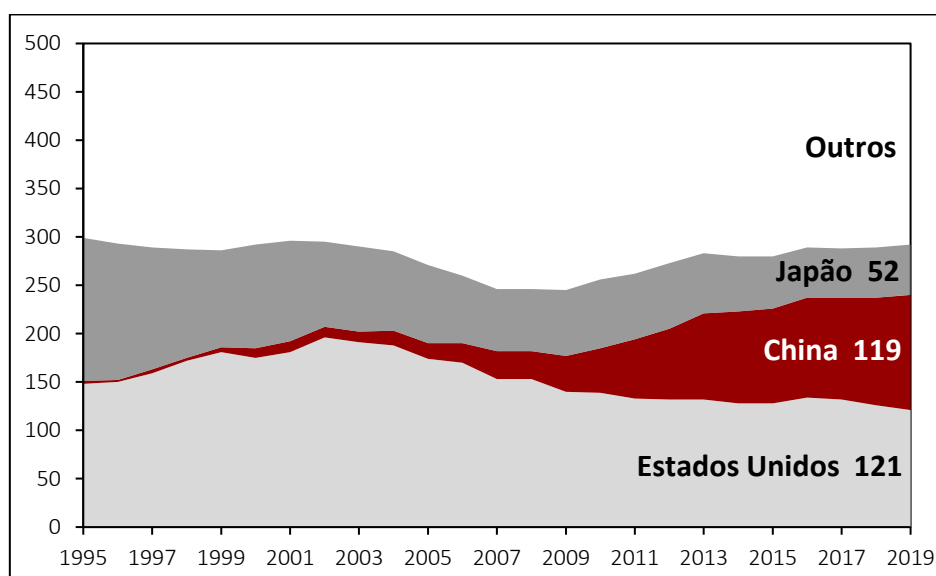
Fonte: The Atlas of Economic Complexity (2019)

A expansão comercial da China, como observa Leite (2018), não foi só quantitativa, mas qualitativa, isto é: “consistiu em uma expansão comercial com agregação de valor às mercadorias comercializadas”. De todo modo, esses dados sobre as exportações chinesas precisam ser qualificados, afinal a situação mundial é de “internacionalização da produção”. Não são necessariamente empresas chinesas as responsáveis pela transformação da pauta de exportação. Uma parte significativa do processo está associado ao papel das multinacionais na China, as quais por vezes utilizam o país apenas como plataforma de montagem de produtos pensados e criados em outros locais (USTR, 2006). De acordo com Hancock (2018), as multinacionais têm um papel importante na sofisticação das exportações da China, de modo dizem respeito a 43% das exportações da China. Como evidencia o caso da Apple, uma significativa porção do déficit comercial dos Estados Unidos com a China é desdobramento de produtos feitos por empresas americanas na China (USTR, 2006).

Contudo, um outro dado revela que a mudança na estrutura produtiva está sendo real e não ilusória. Conforme Strange (1987), para determinar o poder econômico de um Estado, mais fundamental do que avaliar a fatia do PIB de uma economia em relação ao mundo, é importante compreender quais multinacionais são controladas por um país e em quais setores elas participam.

Nesse sentido o ranking da “Fortune Global 500”, ilustrado na Figura 3 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, revela que ocorreu uma significativa ascensão relativa das grandes empresas da China.⁷ Particularmente significativo é o crescimento após a crise financeira em 2008. Percebe-se que o crescimento relativo da China nesse ranking ocorreu absorvendo posições do Japão e dos Estados Unidos, uma vez que o número de grandes empresas dos demais países fica relativamente estável.

Figura 3 - Mudanças na composição do país de origem das quinhentas maiores empresas do planeta na lista da “Fortune Global 500” (1995–2019)



* Conforme a “Fortune Global 500”, as empresas de Taiwan não foram incluídas no número da China

Fonte: Elaboração própria com dados da Fortune (2019)

Os dados sobre a ascensão das empresas chinesas nesse ranking são muito significativos, mas também precisam ser qualificados. Assim, de acordo com Colvin (2019), das 50 primeiras corporações, o país com a maior porção ainda é os Estados Unidos, e das 50 últimas na lista o país com mais corporações é a China. No mesmo sentido, o autor aponta que as receitas de empresas chinesas compreendem 25,6% das receitas de todas as 500 empresas, enquanto as receitas de empresas norte-americanas compreendem 28,8% do total. Nota-se que a ascensão da China na estrutura produtiva é significativa, tanto em relação a sua situação no passado, quanto em relação aos demais Estados. É, contudo, na interface entre a estrutura de produção e a do conhecimento que Estados Unidos e China se diferenciam, como foi apontado na discussão sobre a estrutura do

⁷ Esse ranking é divulgado anualmente reunindo dados como receita, lucro, das maiores empresas do planeta e elencando as 500 maiores empresas em faturamento.

conhecimento. É possível avaliar que os Estados Unidos são na estrutura produtiva a principal potência, mas é notável que a disparidade de poder vem sendo reduzida vis-à-vis a China.

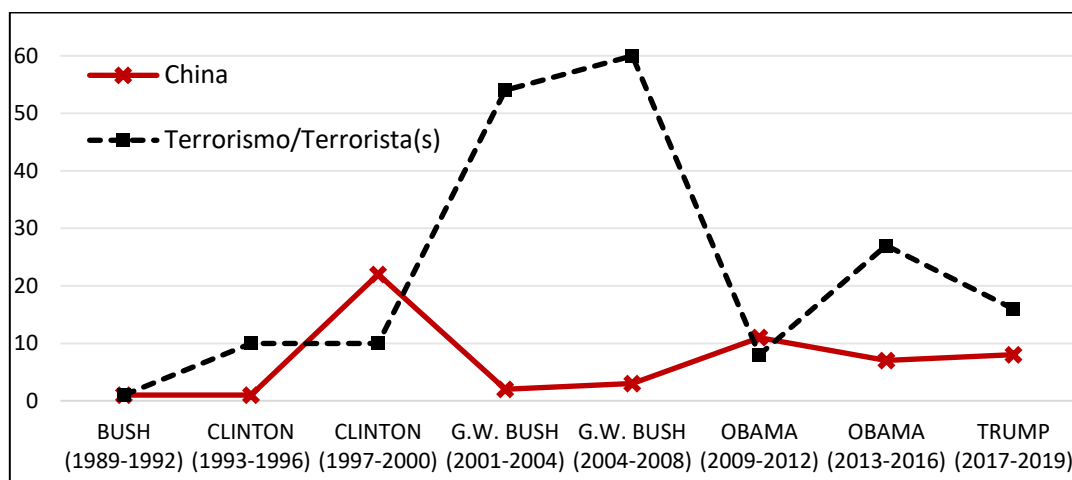
Deste modo é possível considerar que a China está ascendendo, mas que a hegemonia dos Estados Unidos é muito significativa nas estruturas de segurança e finanças, é forte na estrutura de conhecimento e mais fraca, mas superior, na estrutura produtiva. A China, portanto, cria dificuldades reais aos Estados Unidos, em particular às suas empresas. Do ponto de vista estrutural, este é o principal ponto de tensão existente na relação bilateral sino-estadunidense. Para os propósitos deste artigo, argumentaremos que o ceticismo recente dos Estados Unidos em relação ao multilateralismo comercial tem nesta questão o seu epicentro.

4. A Casa Branca, o USTR e o desafio chinês

A ascensão industrial da China cria dificuldades reais à hegemonia dos Estados Unidos. Mas, a despeito da crise, os princípios mais gerais do multilateralismo comercial ainda permanecem intactos. Não obstante, a leitura da China como uma ameaça ao regime multilateral de comércio oscila na burocracia estadunidense: por vezes o regime é compreendido como um instrumento eficaz para conter a China; por vezes, e este parece ser o caso nesta conjuntura, o regime é acusado de ser insuficiente e até conivente com as políticas industriais chinesas.

A eleição do presidente republicano George W. Bush em 2000 inseriu uma postura mais crítica à China dentro da Casa Branca. Essa postura, porém, referia-se especialmente à questão geopolítica. Em matéria de comércio, Bush reafirmou que a entrada da China na OMC era benéfica aos Estados Unidos, um discurso que o USTR reiterou no “Presidential Trade Policy Agenda” (PTPA) de 2001 e 2002. Na campanha, o republicano reforçou a importância das relações comerciais normais, mas pontuou que a China não era uma parceira como queria o democrata Bill Clinton (PECEQUILO, 2011): “China is a competitor, to be faced without ill will and without illusions.” (BUSH, 2000). De todo modo, o discurso de Bush contra a China não foi sustentado ao longo do seu mandato e, ao contrário do esperado, a China desponta como uma parceira nos discursos do “State of the Union Address” (SOTU), em função das iniciativas para tratar do programa nuclear da Coreia do Norte. A razão dessa mudança de perspectiva está associada ao ataque de 11 de setembro de 2001 e ao terrorismo que dominam os seus discursos como se percebe na Figura 4.

Figura 4 - Frequência dos termos “China” e “Terrorismo” no SOTU (1989-2019)



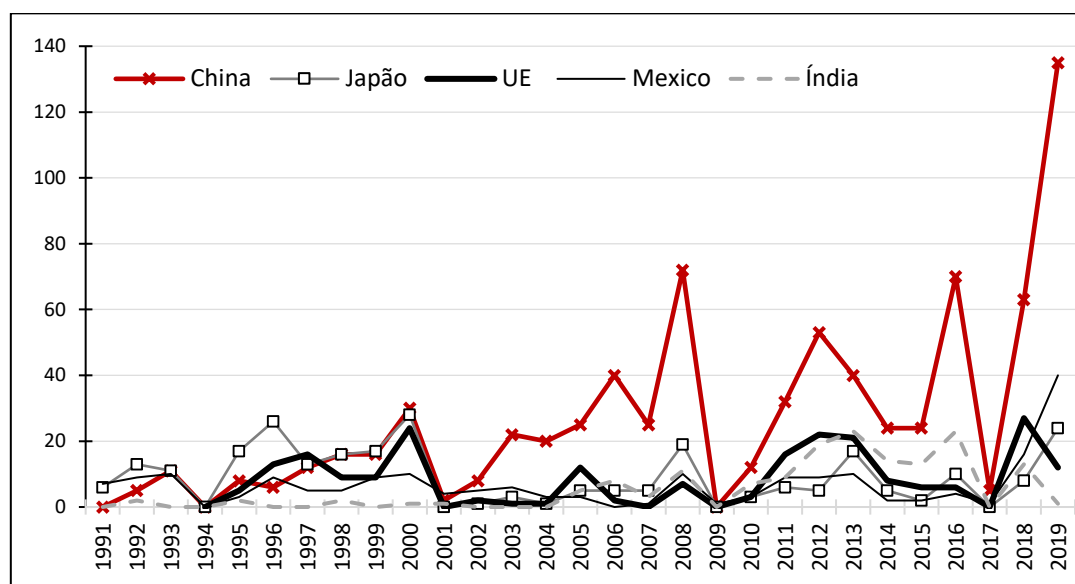
* O discurso *First address to the joint session of Congress* foi considerado como um SOTU.

Fonte: Elaboração própria com os discursos coletados de vários anos

Se o governo de G.W. Bush entrou no poder considerando a China como uma adversária geopolítica, mas um Estado normal do ponto de vista comercial, não se pode afirmar que no término de seu mandato a leitura ainda fosse a mesma. Ao longo do governo de G.W. Bush, o USTR passou a ter uma leitura mais crítica em relação à China. Em 2004, no “Report to Congress on China WTO Compliance” (RCC) – um relatório anual que discute se a China está implementando o acordo de entrada na OMC – foi afirmado que seria criado um escritório interno dentro do USTR para tratar especificamente de monitorar as práticas comerciais chinesas. De modo que se em 2002, o primeiro RCC, a preocupação fundamental é com a imposição de direitos de propriedade tradicionais (combater a pirataria e a falsificação) e a abertura do mercado agrícola e de serviços do país, no RCC de 2008 o USTR já considera as políticas industriais chinesas como o principal problema e desafio. O ponto de virada parece ser efetivamente 2004. Nesse ano o PTPA apresenta um subtítulo intitulado “Ensuring a level playing field with China”. É no período de G.W. Bush que a China entra no radar do USTR não mais como um problema comercial

tradicional, mas como uma possível adversária comercial (VANGRASSTEK, 2019). A figura 5 mostra a frequência das referências à china no PTPA.

Figura 5 - Frequência dos termos China, México, Japão, Índia e União Europeia na Presidential Trade Policy Agenda (PTPA) – 1990-2019



* Não foi possível acessar o documento de 1994

Fonte: Elaboração própria com dados de vários PTPA

A eleição de Barack Obama em 2008 ocorre em um período crítico, em meio aos impactos da crise financeira nos Estados Unidos e no mundo. Na era Obama é possível identificar que o USTR manteve e aprofundou o discurso dos anos finais de G.W. Bush, reiteradamente indicando, na PTPA, que utilizaria “All available tools” para fazer a China cumprir com as regras e os princípios do sistema multilateral de comércio. Nos debates internos, Obama reiteradamente questionou se os termos de entrada da China na OMC não teriam sido muito fracos (MANN, 2012), invertendo a leitura do final da década de 1990 na qual entendia-se que a abertura acordada era gigantesca e os termos rígidos.

Também nos discursos presidenciais foi possível identificar que a China progressivamente aparece, de modo explícito ou tácito, como uma competidora econômica, sendo por vezes apresentada como uma competidora econômica desleal e, portanto, motivando uma série de revisionismos. A imagem da China construída no SOTU não foi mais a parceria diplomática de G.W. Bush nem a aproximação comercial e diplomática em favor da liberdade de Clinton, mas a

competição no tempo presente. Além disso, no SOTU do período Obama, a China é um tema mais frequente do que no período G.W. Bush, além de ser objeto de discursos mais duros.

Em comparação com o período Obama, percebe-se que o republicano Donald Trump não rompe com o seu antecessor. Ao contrário, sustenta a mesma lógica inserindo maior hostilidade, agressividade e novos adjetivos para caracterizar a competição. De todo modo, o marco basilar da leitura de Trump é a associação da China à ideia de competição econômica. O presidente republicano insere a associação da competição geopolítica ao discutir a China, um ponto que Obama não realizou explicitamente.

É bem verdade que os discursos de Trump são mais duros e agressivos do que os de Obama, afirmando abertamente que a China destruiu empresas, roubou propriedade intelectual e empregos dos Estados Unidos. Mas é importante também ressaltar que o discurso se torna mais duro à medida que a opinião pública estadunidense passa a considerar a China como uma ameaça aos interesses, a economia e aos valores dos Estados Unidos. Como demonstrou uma pesquisa de opinião no início de 2017, em torno de 47% dos estadunidenses tinham uma imagem desfavorável em relação à China e 44% tinham uma imagem favorável, no início de 2019 em torno de 60% tem uma imagem desfavorável e 26% tem uma imagem favorável da China (SILVER et al, 2019).

Os discursos de Donald Trump e a guerra comercial são elementos que influenciam diretamente nessa mudança de percepção. Na campanha presidencial de 2016, Trump estabeleceu um discurso de ruptura na área comercial. Se os dois candidatos despontaram nas eleições como críticos da política comercial de Obama (MENDONÇA et al, 2019), Trump foi ainda mais radical e queria, de certo modo, voltar ao período anterior à entrada da China na OMC. Assim, no processo eleitoral, Trump elogiou os discursos protecionistas de presidentes do passado e anunciou sua agenda comercial que envolvia sete pontos: (i) sair do TPP; (ii) reformar a formulação de política comercial; (iii) terminar com os abusos comerciais; (iv) renegociar o NAFTA ou deixar o acordo; (v) classificar a China como um manipulador cambial; (vi) trazer mais denúncias contra a China; (vii) utilizar toda legislação de poder presidencial para combater comércio injusto. (GIBBOM, VESTERGAARD, 2017). Na campanha Trump criticou reiteradamente o déficit com a China e as práticas comerciais e industriais do país. Em um discurso eleitoral ele mencionou:

[...] if China does not stop its illegal activities, including its theft of American trade secrets, I will use every lawful — this is very easy. This is so easy. I love saying this. I will use every lawful presidential power to remedy trade disputes, including the application of tariffs consistent with Section 201 and 301 of the Trade Act of 1974, and Section 232 of the Trade Expansion Act of 1962. (TRUMP, 2016)

As críticas de Trump à China tem lastro nas ideias de Robert Lighthizer. Em um texto de 2010, o atual USTR defende uma abordagem “agressiva” para lidar com o “mercantilismo chinês”. Ele argumenta que (i) foi um erro os Estados Unidos passarem o *Permanent Normal Trade Relations* com a China, que retirou um instrumento crítico de barganha e deu a China maior estabilidade, atraindo ainda mais investimentos; que (ii) os Estados Unidos têm sido passivos na resposta ao mercantilismo chinês. Assim, os Estados Unidos deveriam: (i) ser agressivos, em particular porque os líderes chineses têm fortes incentivos domésticos para evitar conflito; (ii) impor leis comerciais, em particular medidas antidumping e countervailing duties; (iii) responder à manipulação cambial chinesa; (iv) realizar mais denúncias na OMC com respeito à China; (v) interpretações agressivas das regras da OMC e; (vi) colocar todas as opções sobre a mesa, de tarifas a restrições quantitativas.

Como evidencia, a guerra comercial e as três PTPA lançadas no período de Trump, a China não apenas segue sendo o principal item da agenda, como é tratada de modo negativo, sendo realizadas reiteradas críticas às práticas comerciais e industriais da potência asiática. Os Estados Unidos abertamente expressam o desejo de existir algum meio de reverter a entrada da China na OMC. Como foi possível observar na Figura 5, a China segue a tendência estabelecida desde Bush, chegando à máxima histórica de menções em 2019.⁸ Além disso, considerando também outros elementos, como a Guerra Comercial e a cláusula tóxica no USMCA – na qual os Estados Unidos indicam que se retirariam do acordo em relação a dada parte se essa parte realizasse um acordo comercial com a China –, é evidente que a China é percebida como a principal ameaça pelo USTR (2019).

5. Considerações finais

Iniciamos este artigo discutindo o conceito de multilateralismo. Argumentamos que o multilateralismo comercial é fundado, sobretudo, no poder. Como consequência, falar de crise do multilateralismo comercial implica tratar a reconfiguração econômica mundial. Não é por acaso que os principais regimes multilaterais ganham corpo em momentos de maior superioridade de poder dos Estados Unidos. Num primeiro momento, no pós-guerra, os Estados Unidos despontam como grande poder hegemônico ocidental e patrocinam a criação de uma estrutura de governança que, em boa medida, persiste até hoje. A segunda onda ocorre no pós-guerra fria, novamente num momento de superioridade absoluta dos EUA, período em que se discutiu se a “unipolaridade” seria condição passageira ou mais longa no sistema internacional. Isso mostra que,

⁸ O documento de 2019 só será tratado quantitativamente, não sendo analisado por estar fora do marco temporal da pesquisa.

para entender o multilateralismo, não basta discutir apenas princípios generalizados de conduta, indivisibilidade ou reciprocidade difusa, como na sugestão clássica de Ruggie (1992). É preciso discutir também o poder hegemônico que deu sustentação. Afinal, multilateralismo pode ser entendido também como uma forma de gestão do poder hegemônico.

Na seção 2, procuramos demonstrar que os Estados Unidos ainda têm destacado poder estrutural. Porém, ao analisar as quatro faces do poder estrutural sugeridas por Susan Strange, nota-se que a ascensão relativa da China na estrutura produtiva impõe forte pressão principalmente sobre as empresas estadunidenses. De todo modo, percebe-se, no agregado, que o sistema internacional só tem uma superpotência quando os quatro aspectos são considerados. Efetivamente, como lembra Lima (2018), a China está bem representada em todos os “quatro pontos” do poder estrutural de Susan Strange, porém, não tem supremacia em nenhuma das quatro estruturas, ainda que comece a tornar-se competitiva na estrutura produtiva e, de certo modo, na estrutura de conhecimento.

De fato, a China não superou e não deve superar no curto prazo os Estados Unidos em nenhuma das estruturas consideradas, conquanto supere em determinados aspectos setoriais dentro dessas estruturas, como na rede 5G. Nota-se que a China ascendeu vertiginosamente em comparação aos seus pares, as demais potências, mas em comparação com a superpotência as capacidades de Washington são muito superiores à de Pequim. O aparato conceitual de Susan Strange mostra-se cada vez mais necessário para escapar ao binarismo “ou tudo mudou” ou “tudo está como sempre”, permitindo identificar mudanças relativas sem, pelo menos por enquanto, alterar o quadro estrutural.

Na seção 3 procuramos demonstrar como cresceram as preocupações do USTR em relação à China, despontando no governo de G.W. Bush e progredindo nos governos de Obama e Donald Trump. Notamos ainda que, desde o governo Obama, o chefe do executivo passou a criticar abertamente as práticas comerciais da China e a apresentá-la como uma competidora para o público doméstico. As preocupações do USTR iniciadas no período G.W. Bush culminaram então no uso de diversos instrumentos comerciais contra a China e na construção da imagem da China como uma adversária econômica para o público doméstico. Deste modo ainda que os métodos de Trump sejam discutidos e contestados, os objetivos que ele busca por meio do uso de ferramentas unilaterais e negociações bilaterais têm forte enraizamento histórico dentro do executivo. Ao nosso ver, qualquer análise sobre a crise do multilateralismo comercial deve considerar estas questões.

Referências

- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. New York: Verso, 2007.
- ART, R. **A Grand Strategy for America**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- BHAGWATI, J. Departures from Multilateralism: Regionalism and Aggressive Unilateralism. **The Economic Journal** 100, no. 403 (1990): 1304-17.
- BECKLEY, M. China's Century? Why America's edge will endure. **International Security**. 36 (3), pp. 41-78, 2011.
- BECKLEY, M. **Unrivaled: Why America Will remain the World's sole superpower**. Ithaca: Cornell University Press, 2018
- BOUCHARD, C; PETERSON, J. Conceptualizing Multilateralism: Can We All Just Get Along?. **MERCURY** 1, no. 1, 2010.
- BUSH, G. W. Excerpts of George W. Bush's Speech in Washington State. **The New York Times**. May 18, 2000. Disponível em <<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/library/world/asia/051800bush-text.html>> Acesso no dia 06/12/2019
- CAPORASO, James A. International Relations Theory and Multilateralism: The Search for Foundations. **International Organization** 46, no. 3 (1992): 599-632
- CARTER, A. Reflections on American Grand Strategy in Asia. **Belfer Center Report**. Harvard Kennedy School. Cambridge, 2018.
- CINTRA, M. MARTINS, A. O papel do dólar e do renminbi no Sistema Monetário Internacional. In: CINTRA, M. MARTINS, A. (org.) **As transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: IPEA, 2013.
- COHEN, E. A Revolution in Warfare. **Foreign Affairs**. Vol. 75 (2). Pp. 37-54, Mar.-Apr., 1996.
- COLVIN, G. It's China's World. **Fortune**. July 22, 2019.
- CRUZ, S. A OMC aos 21, os Estados Unidos, e a crise do regime multilateral de comércio. **Cadernos Cedec nº 121**. Agosto, 2016.
- DEMPSEY, J. The United States and China: The Return of a Bipolar World. **Carnegie Europe** (Online). November 12, 2012.
- DINIZ, E. Relacionamentos Multilaterais Na Unipolaridade: Uma Discussão Teórica Realista. **Contexto Internacional** 28 (2006): 505-65.
- EICHENGREEN, B. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FIORI, J. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes. 2004.
- FORTUNE. **Fortune Global 500**. Database: <<https://fortune.com/global500/>> Acesso em: 10 de novembro de 2019.
- GILL, S. **Power and Resistance in the New World Order**. Palgrave MacMillan, 2003.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

GOWAN, P. Triumphant toward international disaster: The Impasse in American Grand Strategy. **Critical Asian Studies**. 36 (1), p. 3-36, 2004.

HANCOCK, T. China relentless export machine moves up the value chain. **Financial Times**. September 23, 2018.

HUNTINGTON, S. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**. Vol. 78 (2). Pp. 35-49, Mar-Apr., 1999.

IISS. **The Military Balance**: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. The International Institute for Strategic Studies. 2018.

IMF. **Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserve (COFER)**. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>. Acesso em 1 Agosto de 2019.

IMF. **IMF Annual Report** (Vários anos) . Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLs/annual-reports-archives>. Acesso em 10 de Outubro de 2019.

JACOBS, F. **The World's Five Military Empires**. Big Thing. 10 July, 2017.

JOHNSON, C. **Blowback**: Os custos e as consequências do império americano. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KENNEDY, P. The greatest superpower ever. **New Perspectives Quarterly**. Vol. 19 (2), pp. 8-18, Spring, 2002.

KEOHANE, R. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. Multilateralism: An Agenda for Research. **International Journal** 45, no. Autumn (1990): 731-64

KWAN, C. **Don't Confuse "Made in China" with "Made by China"**. Research Institute of Economy, Trade and Industry. 2002a

KWAN, C. **More Trade Friction Looming for China**. Research Institute of Economy, Trade and Industry. 2002b

KWAN, C. **China Becoming a Major Innovation Power**: Research and development capabilities approaching those of developed countries. Research Institute of Economy, Trade and Industry. 2017.

LAYNE, C. China's Challenge to US Hegemony. **Current History**. January, 2008.

LAYNE, C. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**. 56 (1), March, 2012.

LEITE, A. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018

LIMA, M. A nova teoria das Relações Internacionais Chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

- MANN, J. **The Obamians: The Struggle inside the White House to Redefine American Power.** New York: Viking, 2012.
- MARTINS, A. A internacionalização do Renminbi e a ascensão do poder monetário chinês. In: VADELL, J. (Org.) **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018
- MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics.** Updated edition. Norton: New York, 2014
- MEDEIROS, C. O Desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. (ed.) **O Poder Americano.** Petrópolis: Vozes, 2004a.
- MELLO, F. O Brasil e o Multilateralismo Contemporâneo. **IPEA: textos para discussão** 1628 (2011)
- MENDONÇA, F. **A face multilateral do unilateralismo: a reciprocidade na história da política comercial dos Estados Unidos.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013
- MENDONÇA, F. et al. America first but not alone? uma (nem tão) nova política comercial dos Estados Unidos com Donald Trump. **Revista tempo no mundo**, v. 5, p. 107-142, 2019.
- NAKAMURA, Y. China's exports climb value chain, feeding into US trade tensions. **Asia Nikkei Review.** March 13, 2019.
- NSB. **Science & Engineering Indicators 2018.** National Science Board. 2018.
- NYE, J. Soft Power. **Foreign Policy.** Nº 80. Autumn, pp. 153–171, 1990.
- NYE, J. **Soft Power: The means to success in world politics.** New York: Public Affairs, 2004.
- OLIVEIRA, D. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- PAPE, R. Empire falls. **The National Interest.** N. 99, p. 21–34, January–February, 2009.
- PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3ª Edição Ampliada e Atualizada. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- POSEN, B. Command of the Commons: The military foundation of U.S. Hegemony. **International Security.** 28 (1), Summer, 2003.
- RAND CORPORATION. Project Air Force: An Interactive Look at the US-China Military Scorecard. Rand, sep. 2015. Disponível em: <<http://www.rand.org/paf/projects/us-chinascorecard.html>>. Acesso em: 22 Junho de 2019.
- RAPOZA, K. **China's Largest Companies Prove Why It's The World's No.2 Economy.** Forbes. Jun 5, 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2018/06/06/2018-global-2000-china-proves-why-its-the-worlds-no-2-economy/#327700ec1791>. Acesso em 11 de Julho de 2019.
- RUGGIE, J. Multilateralism: The Anatomy of an Institution. **International Organization** 46, no. 3 (1992): 561-98.
- SHANGHAI RANKING. Academic Ranking of World Universities. Database: <<http://www.shanghairanking.com>> Acesso em 15 de agosto de 2019.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

SHATZ, H. **U.S. International Economic Strategy in a Turbulent World**. Santa Monica: Rand Corporation, 2016.

SIPRI. Military Expenditure Database. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2019.

SILVER, L. DEVLIN, K. HUANG, C. **U.S. Views of China Turn Sharply Negative Amid Trade Tensions**. Pew Research. August 13, 2019 Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2019/08/13/u-s-views-of-china-turn-sharply-negative-amid-trade-tensions/> Acesso em: 27 de Setembro de 2019.

STRANGE, S. The persistent myth of lost hegemony. **International Organisation**. 41, 4 (Autumn): 551 – 574, 1987.

STRANGE, S. **States and Markets**. Second Edition. London: Continuum, 1994.

SUBRAMANIAN, A. The Inevitable Superpower. Why China's dominance is a sure thing. **Foreign Affairs**. September/October, 2011.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>. Acesso em 21 de Julho de 2019.

TRUMP, D. **How China doesn't play fair on trade**. CNN. July 12, 2016. Disponível em <https://money.cnn.com/2016/07/12/news/economy/china-trade-donald-trump/> Acesso em: 06 de Dezembro de 2019

TUSSIE, D. Multilateralism Revisited in a Globalizing World Economy. **Mershon International Studies Review** 42, no. 1 (1998): 183-93.

USTR. **2006 Trade Policy Agenda and 2005 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program**. 2006.

USTR. **2019 Trade Policy Agenda and 2018 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program**. 2019.

VANGRASSTEK, C. **Trade and American Leadership: The Paradoxes of Power and Wealth from Alexander Hamilton to Donald Trump**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

VIGEVANI, T; MENDONÇA, F.; LIMA, T. **Poder e Comércio: A política comercial dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

WEITSMAN, P. A. The Meaning of Multilateralism: Alliances, Coalitions, and the Multinational Prosecution of Wars. **In Department of Political Science**, 2013.

WOHLFORTH, W. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, Summer 1999.